

Aborto

Caso da Clínica de Planejamento Familiar de Campo Grande é resultado de discriminação e falta de debate aberto

Há dois anos, em abril de 2007, o Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul acatou denúncia contra cerca de 10 mil mulheres pela prática de aborto clandestino nos 20 anos de funcionamento da Clínica de Planejamento Familiar de Campo Grande, MS, da médica anesthesiologista Neide Mota Machado. O caso, que já se arrasta por dois anos, desde que a TV Morena, afiliada da Rede Globo, colocou no ar reportagem sobre a clínica, desenrolou-se numa sequência de ações equivocadas e discriminatórias da Justiça. E a ausência de debate aberto sobre o direito ao aborto na sociedade, o verdadeiro problema em questão, leva a opinião pública e a grande mídia a tratarem a história com preconceito.

Até julho do ano passado 150 pacientes da clínica haviam sido indiciadas, 37 tendo sido julgadas e 26 condenadas a “penas alternativas”, como prestação de serviços à comunidade em creches e escolas da cidade. Na última quarta-feira, 22 de julho, Neide Mota teve seu diploma cassado pelo CFM – Conselho Federal de Medicina e o recurso no STJ pedindo anulação do júri popular negado no dia seguinte. Além de Neide Mota Machado, respondem a processo Lucas Motas Lorenz, sobrinho da médica, a psicóloga Simone Aparecida Cantaguessi de Souza e as funcionárias da clínica Libertina de Jesus Centurion, Maria Lúcia Cornellas França, Elaine Maria de Souza, Rosângela de Almeida, Maria Nelma de Souza e Daniela Martins Athia. Não há prazo para o julgamento no Tribunal do Júri, já que o processo corre no STJ.

A abertura de processo criminal contra a médica e proprietária da clínica foi solicitada à Procuradoria do Estado do Mato Grosso do Sul pelos deputados federais Paulo Bassuna, do PT, presidente da *Frente Parlamentar em Defesa da Vida*, e Roberto Gouveia, do PPS. À época da denúncia, após apreendidos com uma autorização judicial para mandato de busca e apreensão concedida pelo juiz Aloísio Pereira dos Santos, a pedido da delegada Regina Márcia R. B. Mota, os prontuários médicos das pacientes da clínica foram expostos por uma semana para consulta pública, desencadeando uma onda de revolta contra as mulheres que constavam da lista, condenadas pela opinião pública antes mesmo do julgamento oficial na justiça.

Um sem-número de curiosos, entre os quais muitos homens temerosos com a possibilidade de encontrar o nome de suas esposas entre os prontuários, tiveram acesso aos documentos, considerados sigilosos, e um relatório sobre a violação aos direitos dessas mulheres chegou a ser enviado à ONG Anistia Internacional. Na ocasião, o grupo *Women’s Human Rights* veio ao Brasil acompanhar de perto o desenrolar dos acontecimentos.

Violação de direitos e ausência de debate

Grupos e organizações de defesa dos direitos das mulheres e dos direitos sexuais e reprodutivos veem na forma como o caso vem sendo tratado na justiça e recebido publicamente uma verdadeira “caça” às mulheres. Segundo relatório elaborado pela

COMISSÃO DE CIDADANIA E REPRODUÇÃO

CCR – *Comissão de Cidadania e Reprodução* em 2008, houve violação do direito à privacidade e à intimidade e ainda quebra de confidencialidade e segredo médico. Já o manuseio dos prontuários por pessoal não qualificado - a polícia e o representante do Ministério Público - configura procedimento ilegal.

Leila Adesse, diretora do *Ipas Brasil*, vê o caso de Campo Grande como “exemplar de um padrão de discriminação sistemática do sistema de Justiça que inclui o sistema de segurança pública e os órgãos do Judiciário, em relação aos direitos reprodutivos das mulheres”. A diretora entende como “profundamente discriminatória” a forma como a Justiça tem tratado o caso. “A discriminação se dá pela criminalização de um procedimento de saúde somente em relação às mulheres, pois elas são as que ficam grávidas e optam por abortar. A lei penal que criminaliza o aborto é comprovadamente ineficaz para coibir a prática, está na contramão das decisões dos órgãos internacionais de proteção de direitos humanos e aos tratados internacionais ratificados pelo Brasil e é diretamente responsável pela morbi-mortalidade materna derivada do aborto realizado em situação de precariedade e insegurança”, explica Leila.

Inúmeros são os problemas trazidos pela criminalização do aborto no Brasil e o escândalo da Clínica de Planejamento Familiar de Campo Grande evidencia todos eles, da violação aos direitos à saúde, sexual e reprodutiva das mulheres, ao direito à privacidade. Mas a falta de debate sobre o aborto no tocante a essas questões promove o retrocesso em relação ao tema, além de preconceito e discriminação. Para a diretora da CCR, Margareth Arilha, fica clara a impossibilidade de debate aberto sobre o assunto. “As instituições, como os conselhos federal e regional de medicina, fecharam as portas a qualquer tipo de debate, a qualquer possibilidade de problematização de uma questão que faz parte da vida da sociedade contemporânea”, afirma. Margareth considera o caso paradigmático, pois já existe um consenso em contexto mundial de que leis como a que criminaliza o aborto no Brasil são insuficientes para responder aos problemas das pessoas e das mulheres de hoje. “O mais terrível é que se acaba construindo cidadãos e cidadãs com direitos ‘pela metade’”, teme.

As pacientes da clínica de Campo Grande não tiveram chance de defesa. Foram moralmente, e muitas judicialmente, condenadas. A sociedade não teve a oportunidade, ou o interesse, de ouvir essas mulheres e a grande mídia, no tratamento dado ao caso e na cobertura do processo contra Neide Mota Machado, apenas superficialmente aborda o problema do aborto no Brasil. A repercussão da história e seus desdobramentos deveriam ultrapassar os limites do escândalo moral e da perplexidade e levar a uma discussão intensa rumo à descriminalização da prática do aborto no país, acima de tudo uma questão de saúde pública, como fica explícito nos inúmeros episódios envolvendo os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres brasileiras.